

TRIBUNA

CONTEÚDO, PARCERIA E RESULTADO

TERÇA-FEIRA
30 DE JULHO DE 2024



EDIÇÃO
DIGITAL



PUBLICIDADE LEGAL

📞 (4 1) 9 9 9 7 3 7 6 8 8

publicidadelegal@tribunadoparana.com.br

SANTAMARIA SANTA MARIA ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÃO S.A.
 CNPJ: 75.645.853/0001-80

Relatório da Administração: Senhores Acionistas: A administração da Santa Maria Administração e Participação, em conformidade com as disposições legais e estatutárias, submeteu à apreciação de V.S.ª as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, composta pelo Balanço Patrimonial, pelas Demonstrações do Resultado, das Mutações do Patrimônio Líquido, do Fluxo de Caixa, acompanhadas do parecer dos auditores independentes. Agradecemos. Nossos agradecimentos aos senhores acionistas, clientes, governo federal, estadual e municipal, fornecedores, prestadores de serviços, credores em geral e em especial aos colaboradores, por mais um ano de realizações.

Balancos patrimoniais individuais e consolidados em 31 de dezembro de 2023 e 2022 - (Em milhares de Reais)

Ativo	Controladora				Consolidado					
	Nota	2023	2022	2023	2022	Nota	2023	2022	2023	2022
Circulante										
Caixa e equivalentes de caixa	9	151	4.982	134.512	101.881		1.031	138	134.544	165.050
Outros investimentos	10	-	-	8.770	67.902		-	-	89.320	84.344
Contas a receber	11	2.181	2.927	73.203	73.155		3.776	2.823	15.385	13.815
Estoque	12	-	-	51.463	61.552		-	6	4.175	2.530
Tributos a recuperar	13	368	236	40.730	70.775		38	-	1.189	2.082
Adiantamentos a fornecedores	14	16.872	7.042	-	32.301		11.604	28.943	11.867	28.943
Dividendos a receber	14	-	-	-	-		1.723	-	6.466	6.156
Mútuos com partes relacionadas	14	-	-	-	479		-	-	-	-
Outros ativos		2.015	2.667	2.456	3.240		3.757	-	-	-
		<u>21.742</u>	<u>17.881</u>	<u>318.303</u>	<u>411.285</u>					
Não circulante										
Dividendos a receber	14	-	1.092	-	-		-	-	360	-
Mútuos com partes relacionadas	14	-	-	22.563	1.020		-	-	12	3.396
Tributos a recuperar	13	7	-	17.699	28.802		18.184	36.039	266.342	306.197
Depósitos judiciais	22	-	-	2.229	2.207		-	-	-	-
Outros ativos		-	-	503	503		-	-	4.168	3.000
		<u>7</u>	<u>1.092</u>	<u>42.993</u>	<u>32.532</u>				138.853	199.001
Investimentos	15	374.500	369.024	160	219		20	-	-	1.113
Imobilizado	16	1.770	62	519.576	541.117		-	-	1150	3.766
Ativo biológico	17	-	-	53.911	50.431		21(a)	-	101.804	114.719
Intangível		-	-	26.802	31.534		-	-	547	547
		<u>376.270</u>	<u>369.086</u>	<u>600.449</u>	<u>623.301</u>				<u>547</u>	<u>262.997</u>
		<u>376.277</u>	<u>370.178</u>	<u>643.442</u>	<u>655.833</u>				<u>18.731</u>	<u>36.586</u>
									<u>519.339</u>	<u>653.501</u>
Total do ativo		398.019	388.059	961.745	1.067.118				46.915	46.915
									78.738	78.619
									25.635	225.939
									379.288	351.473
									63.118	62.144
									379.288	351.473
									398.019	388.059
									492.406	413.617
									398.019	388.059
									961.745	1.067.118

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 - (Em milhares de Reais)

En 31 de dezembro de 2021	Atribuível aos acionistas da controladora					Participação de não controladores	Patrimônio Líquido
	Nota	Capital social	Ajustes de avaliação patrimonial	Reserva legal	Reserva de lucros acumulados		
Lucro líquido do exercício		46.915	80.501	9.383	197.077	23.463	392.022
Efeito reflexo da realização da reserva de reavaliação de controlada	23(b)	-	-	-	-	-	-
(Perda) ganho na variação de participação em controladas	15	-	-	-	-	1.882	-
Destinação do resultado do exercício		-	-	-	-	-	-
Distribuição de lucros	23(d)	-	-	-	(5.866)	(5.866)	(139)
Constituição de reserva de lucros		-	-	-	19.479	(19.479)	-
En 31 de dezembro de 2022		46.915	78.619	9.383	216.556	37.054	413.617
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-
Efeito reflexo da realização da reserva de reavaliação de controlada	23(b)	-	-	-	-	1.881	-
Variação decorrente de mudança na participação societária		-	-	-	-	25	-
Destinação do resultado do exercício		-	-	-	-	-	-
Distribuição de lucros	23(d)	-	-	-	(29.696)	(29.696)	(9.264)
Constituição de reserva de lucros		-	-	-	246.252	(29.696)	(3.814)
En 31 de dezembro de 2023		46.915	76.738	9.383	216.252	37.054	442.406

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas - (Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional - A Santa Maria Administração e Participação S.A. ("Companhia") e suas controladas (conjuntamente, "Grupo"), com sedes em Guarapuava, estado do Paraná, atuam na indústria, comércio e exportação de papel; na participação em outras sociedades; na exploração e comércio de reflorestamento; na produção e comércio de mudas para reflorestamento; na prestação de serviços de preparação para o plantio e replantio de mudas em geral; e geração de energia. **a. Mecanismo de realocação de energia** - A Controladora Santa Maria Companhia de Papel e Celulose, juntamente com a Cooperativa Agrária Agroindustrial e a Curucaca Geradora S.A., constituem o Consórcio que detém a outorga da UHE Salto Curucaca, objeto da Resolução nº 642, de 3 de dezembro de 2003, da Resolução ANEEL nº 2.803, de 1º de março de 2011, e da Resolução Autorizativa ANEEL nº 6.021 de 06 de setembro de 2016, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) UHE.PH.PR.028994-9.01, com 37,042 kW de potência instalada, localizada nos municípios de Cândido e Guarapuava, Estado do Paraná. Mesmo a UHE Salto Curucaca tendo potência instalada de 37,042 kW, sua energia assegurada (garantia física) foi calculada e determinada via portaria nº 330 de 06 de novembro de 2015, do Ministério de Minas e Energia, para o montante de 22.020 kW. Ou seja, este montante médio foi determinado considerando a oscilação da vazão do Rio Jordão, sendo que em alguns momentos o rio possibilita gerar mais energia e em outros menos, mas para efeito de cálculo de previsão utiliza-se a média de 22.020 kW. A garantia física determina a quantidade de energia que os equipamentos de geração conseguem suprir dando um critério de suprimento definido. Ela é uma métrica importante para a adequabilidade da oferta do sistema e é utilizada para dois fins fundamentais no Brasil: a garantia física define a quantidade máxima de energia que um empreendimento pode comercializar e, no caso das hidrelétricas, define sua cota de participação no Mecanismo de Realocação de Energia (MRE). A partir do momento que a Usina Hidrelétrica participa do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) ela também passa a participar do Risco Hidrológico do Brasil (GSF, é a sigla para o termo em inglês "Generation Scaling Factor"), e este é rateado para todos os geradores do mecanismo no percentual que é calculado mensalmente pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) e apropriado ao mecanismo de cobrança mensal da liquidação de curto prazo. De outubro de 2017 até setembro de 2021, as consorciadas vinham participando do risco hidrológico do Brasil (GSF) limitado à 5%. A diferença percentual mensal para o risco hidrológico real foi sendo controlado e contabilizado mensalmente pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE). Com o objetivo de "desatrar" o mercado de compensação de energia elétrica, a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) emitiu em 1º de dezembro de 2020 a Resolução Normativa nº. 895 de 2020, que estabeleceu a metodologia para cálculo da compensação aos titulares das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia - MRE, nos termos da Lei nº 13.203, de 8 de dezembro de 2015, alterada pela Lei nº 14.052, de 8 de setembro de 2020, e determinou à CCEE que realizasse o cálculo dos valores de cobrança retroativa a diferença do Risco Hidrológico (GSF), vinculando estes valores à uma compensação através da extensão do prazo de outorga aos titulares das usinas hidrelétricas. Para finalizar esse processo, as consorciadas da UHE Salto Curucaca aceitaram as condições a ANEEL e assinaram, em 08 de outubro de 2021, o termo de aceitação de prazo de extensão de outorga, de destinação e de renúncia ao direito de discutir a isenção ou mitigação de riscos hidrológicos relacionados ao mecanismo de realocação de energia - MRE. Por conta disso, o prazo de outorga da UHE Salto Curucaca teve o cálculo de compensação realizado pela CCEE, concedendo inicialmente 256 dias a mais no prazo de outorga, passando de 4 de dezembro de 2023, tendo por base a Resolução nº. 642, de 3 de dezembro de 2003, para 17 de agosto de 2034, no entanto, sem a concordância técnica da Companhia e das demais integrantes do Consórcio. Em 2023, a Curucaca Geradora, por meio do Consórcio, não conformada com o prazo adicional de 256 dias adicionais pela reapetição do risco hidrológico, requereu junto a ANEEL, o ajuste do prazo de outorga para a UHE Salto Curucaca, tendo em vista os termos da Lei nº. 14.052/2020, que deve levar em conta o novo prazo de outorga após a concessão do deslocamento de outorga. A ANEEL considerou os aspectos requeridos, solicitou recálculo para a CCEE, e concedeu um prazo de extensão da outorga de 885 dias, mediante a edição da Resolução Homologatória nº. 3.242/2023. Com base nisso, a ANEEL emitiu a Resolução Autorizativa nº. 14.896/2023, alterando o término de vigência da outorga de autorização da UHE Salto Curucaca para 30 de dezembro de 2048 (o prazo anterior era até 29/07/2046).

2. Relação de entidades controladas - Abaixo está a lista de controladas do Grupo:

Localização da sede	Percentual do capital total		Atividade principal
	2023	2022	
Santa Maria Cia de Papel			Fabricação de Papel
e Celulose	88,73%	88,73%	- PR
Reflorestadora São Manoel Ltda.			Reflorestamento
	79,48%	79,48%	- PR
Residencial Alto de Santa Maria (ii)			Loteamento
São Manoel Participações Societárias Ltda			Geração de energia
Juquá Empreendimentos Imobiliários Ltda	60,00%	60,00%	- PR
PCH Três Capões Geradora de Energia Ltda (i)	91,84%	88,08%	- PR
Santa Anastásia Geradora de Energia Ltda			Geração de energia
	88,69%	88,69%	- PR

(i) PCH Três Capões - Em junho de 2023, os acionistas do Grupo deliberaram pela alienação de suas cotas de participação na controlada PCH Três Capões Geradora de Energia Ltda., a qual representa 77,11% de participação, conforme 50º AGE de 19/06/2023. O presente contrato foi celebrado com a Fergus Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia, no qual os acionistas do Grupo também detêm 100% de participação. Essa baixa impactou em variação nas contas patrimoniais das demonstrações financeiras consolidadas, conforme demonstrado na tabela a seguir:

Ativo	Passivo
Caixa e equivalentes de caixa	3.302 Fomecedores
Adiantamento a fornecedores	26.316 Empréstimos e financiamentos
Imobilizado	25.422 Tributos a pagar
Outros ativos	29.814 Partes relacionadas
Total	55.051 Adiant. para futuro aumento de capital
	13.751 Patrimônio líquido - controladora
	1.755 Patrimônio líquido - não controladores
	55.051 Total

(ii) Residencial Alto de Santa Maria - Em março de 2023, os acionistas do Grupo deliberaram pela cessão de 100% de suas quotas de participação na controlada Residencial Alto de Santa Maria para a Juquá Empreendimentos Imobiliários Ltda., a qual também é uma controlada do Grupo, de forma que o Residencial Alto de Santa Maria passou a ser uma controlada indireta do Grupo. **3. Base de preparação - (a) Declaração de conformidade** - As demonstrações financeiras individuais (controladora) consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas pelo Brasil (BR GAAP). A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 09 de julho de 2024. Detalhes sobre as políticas contábeis do Grupo estão apresentadas na nota explicativa 7. **4. Moeda funcional e moeda de apresentação** - Essas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional do Grupo. Todos os saldos foram arredondados para o milênis mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **5. Uso de estimativas e julgamentos** - As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com os pronunciamentos técnicos brasileiros, que requerem que a Administração do Grupo faça julgamentos, estimativas e tome decisões que afetam a aplicação das práticas contábeis e os montantes apresentados de contas patrimoniais e de resultado. As estimativas e julgamentos baseiam-se na experiência histórica e em diversos outros fatores tidos como razoáveis diante das circunstâncias, cujos resultados constituem o critério para tomada

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 - (Em milhares de Reais)

Operações continuadas	Controladora		Consolidado		
	Nota	2023	2022	2023	2022
Receita líquida dos produtos vendidos	24	-	-	709.680	715.347
Custo dos produtos vendidos	25	-	-	(528.471)	(567.888)
Valor justo dos ativos biológicos	17	-	-	(1.653)	5.351
Lucro bruto				179.556	152.810
Recargas (despesas) operacionais					
Despesas com vendas	25	-	-	(47137)	(50.733)
Despesas gerais e administrativas	25	(21)	(2.005)	(40.728)	(29.454)
Honorários do pessoal-chave da administração	25	-	-	-	-
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	-	-	-	(827)	(809)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	26	19	302	(1.867)	6.535
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro e participações societárias				(2)	(1.703)
Resultado de participações societárias				88.997	78.349
Equivalência patrimonial	15	36.358	24.178	-	-
Resultado financeiro				(10)	(91)
Despesas financeiras	27	708	1.079	15.457	17.772
Receitas financeiras	27	698	988	(31.325)	(41.335)
Resultado financeiro, líquido				37.054	23.463
Lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuição social				37.054	23.463
Imposto de renda e contribuição social	21(c)	-	-	(14.295)	(9.414)
Lucro líquido do exercício				37.054	23.463
Atribuível a					
Acionistas da Companhia				37.054	23.463
Participação dos não controladores				6.323	4.137
Lucro líquido do exercício				43.377	27.600
Ações em circulação no final do exercício (Em milhares)				9.030	9.030
Lucro líquido por lote de ação do capital social				4,80	3,06

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 - (Em milhares de Reais)

Lucro líquido do exercício	Controladora		Consolidado		
	Nota	2023	2022	2023	2022
Lucro líquido do exercício		37.054	23.463	43.377	27.600
Outros resultados abrangentes		-	-	-	-
Total do resultado abrangente do exercício		37.054	23.463	43.377	27.600

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

de decisões sobre o valor contábil de ativos e passivos não imediatamente evidentes em outras fontes. Os resultados reais podem divergir destas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **Incertezas sobre premissas e estimativas** - As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2023 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas. • **Nota explicativa 11** - Principais premissas na mensuração da perda por redução ao valor recuperável para o contas a receber; • **Nota explicativa 16** - Determinação da vida útil, valor residual e análise de impairment dos ativos imobilizados; • **Nota explicativa 17** - Determinação do valor justo dos ativos biológicos com base em dados não observáveis significativos; • **Nota explicativa 21** - Reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados; e • **Nota explicativa 22** - Mensuração e reconhecimento de contingências: determinação se há uma obrigação presente com probabilidade provável de saída de recursos para liquidar a obrigação. **(i) Mensuração do valor justo** - Determinadas políticas e divulgações contábeis do Grupo requerem a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, o Grupo usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: • **Nível 1**: Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. • **Nível 2**: *Inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). • **Nível 3**: *Inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis). Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • **Nota explicativa 17** - Ativo biológico; e • **Nota explicativa 28** - Instrumentos financeiros. **6. Base de mensuração** - As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais, que são mensurados a cada data de reporte e reconhecidos nos balanços patrimoniais: • Os instrumentos financeiros derivativos são mensurados pelo valor justo. • Os instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo; e • Os ativos biológicos que são mensurados pelo valor justo menos o custo de venda. **7. Principais políticas contábeis** - O Grupo aplica as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os períodos apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicação ao contrário. **a. Informações de políticas contábeis materiais** - A Companhia adotou a Divulgação de Políticas Contábeis (alterações ao CPC 26) a partir de 1º de janeiro de 2023. Embora as alterações não tenham resultado em nenhuma mudança nas políticas contábeis em si, elas afetaram as informações das políticas contábeis divulgadas nas demonstrações financeiras. As alterações exigem a divulgação de políticas contábeis "materiais", em vez de "significativas". As alterações também fornecem orientações sobre a aplicação da materialidade à divulgação de políticas contábeis, ajudando as entidades a fornecerem informações úteis sobre políticas contábeis específicas da entidade que os usuários precisam para entender outros informações nas demonstrações financeiras. A administração revisou as políticas contábeis e atualizou as informações divulgadas em determinados casos, de acordo com as alterações. **b. Base de consolidação - (i) Controladas** - Grupo controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o Grupo obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial. **(ii) Participação de acionistas não-controladores** - O Grupo elegeu mensurar qualquer participação de não-controladores inicialmente pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis da adquirida na data de aquisição. Mudanças na participação do Grupo em uma subsidiária que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido. **(iii) Perda de controle** - Quando a entidade perde o controle sobre uma controlada, o Grupo desreconhece os ativos e passivos e qualquer participação de não-controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se o Grupo retém qualquer participação na antiga controlada, essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle. **(iv) Investimentos em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial** - Os investimentos do Grupo em entidades contabilizadas pelo método da equivalência pat

>>>Continuação

Os valores classificados na linha de imóveis se referem a lotes e terrenos disponibilizados para venda pela controlada Juiú Empreendimentos Imobiliários. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, as matérias primas e os materiais de consumo incluídos no "Custo das vendas" das controladas Santa Maria e Reflorestadora, totalizaram R\$ 450.760 (R\$ 495.762 em 31 de dezembro de 2022). A administração não tem expectativa de perdas na realização dos estoques.

13. Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado		Ano
	2023	2022	2023	2022	
Imposto sobre circulação de mercadorias e prestação de serviços (ICMS) (i)	9	-	2.792	14.467	2024
Antecipações de imposto de renda e contribuição social	366	236	11.035	3.793	2025
Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) (ii)	-	-	44.579	81.295	2026
Reintegra	-	-	22	22	2027
	<u>375</u>	<u>236</u>	<u>58.428</u>	<u>99.577</u>	2028 em diante
Circulante	368	236	40.730	70.775	
Não circulante (iii)	7	-	17.698	28.802	
	<u>375</u>	<u>236</u>	<u>58.428</u>	<u>99.577</u>	

(i) ICMS a recuperar - A controlada Santa Maria Cia de Papel e Celulose, obteve um aumento nas vendas em 2023, com isso, foram utilizados os créditos acumulados de ICMS e, com base nas projeções de venda, o Grupo estima que tais créditos serão compensados nos próximos 12 meses. (ii) PIS/ COFINS a recuperar - Em 2021, a controlada Santa Maria reconheceu créditos levantados em ação ajuizada pela controlada objetivando a exclusão do ICMS da base de cálculo das contribuições ao PIS e à COFINS. O valor total reconhecido foi de R\$ 65.343, sendo R\$ 29.631 de principal (reconhecido no resultado na rubrica de outras receitas operacionais conforme nota explicativa 23) e R\$ 35.712 de atualização (reconhecido na rubrica de receitas). A controlada estima a utilização total dos créditos nos próximos 24 meses. (iii) O saldo classificado no balanço não realizável a longo prazo é composto por tributos (ICMS) sobre ativo fixo e em processo de compensação (R\$ 1.606 em 2022 e R\$ 1.703 em 2022). Ainda, em 2023 e 2022 havia a parcela do crédito de PIS e COFINS (R\$ 16.012 e R\$ 26.943, respectivamente) levantado em ação ajuizada, conforme nota (ii).

14. Partes relacionadas - a. Composição dos saldos

	Controladora		Consolidado		Ano
	2023	2022	2023	2022	
	Santa Maria Cia de Papel e Celulose	Reflorestadora São Manoel Ltda	Outras partes relacionadas	Outras partes relacionadas	
Principais saldos					
Ativo circulante					
Contas a receber (nota 11)	783	166	480	1.429	2024
Mútuos (i)	-	-	-	-	2025
Dividendos a receber	3.471	13.401	-	16.872	2026
Ativo não circulante					
Mútuos (i)	-	-	-	-	2027
Dividendos a receber	-	-	-	-	2028 em diante
Passivo circulante					
Fornecedores (nota 18)	-	-	(314)	(314)	2024
Distribuição de lucros recebido	-	-	-	-	2025
Outras obrigações com partes relacionadas	-	-	(360)	(360)	2026
Distribuição de dividendos a pagar (nota 23)	-	-	(11.604)	(11.604)	2027
Passivo não circulante					
Mútuos (i)	-	-	-	-	2028
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-	-	2029
Principais operações					
Vendas de produtos e/ou serviços	-	-	-	-	2024
Custo de produtos e/ou serviços	20.156	-	23.782	4.990	2025
Serviços intercompany	1.152	2.474	23.782	1.033	2026

(i) O grupo econômico no qual a Companhia é pertencente possui gestão de caixa centralizado de forma que as operações de mútuos são realizadas e liquidadas conforme necessidade de caixa das empresas. Não houve incidência de juros em 2023 e não há vencimento pré-definido. Para os mútuos existentes em 31 de dezembro de 2023 não há expectativa de liquidação nos próximos 12 meses. Em 2023, o valor de R\$ 22.563, com as partes relacionadas, se refere, principalmente, a Mútuos para construção da PCH. As transações com partes relacionadas são realizadas sob condições específicas acordadas entre as partes relacionadas. Essas transações, devido às suas características específicas, não são comparáveis com transações efetuadas com partes não relacionadas.

15. Investimentos (controladora) - a. Composição dos saldos

	Controladora		Consolidado		Ano
	2023	2022	2023	2022	
Principais saldos					
Ativo circulante					
Contas a receber (nota 11)	783	166	480	1.429	2024
Mútuos (i)	-	-	-	-	2025
Dividendos a receber	3.471	13.401	-	16.872	2026
Ativo não circulante					
Mútuos (i)	-	-	-	-	2027
Dividendos a receber	-	-	-	-	2028 em diante
Passivo circulante					
Fornecedores (nota 18)	-	-	(314)	(314)	2024
Distribuição de lucros recebido	-	-	-	-	2025
Outras obrigações com partes relacionadas	-	-	(360)	(360)	2026
Distribuição de dividendos a pagar (nota 23)	-	-	(11.604)	(11.604)	2027
Passivo não circulante					
Mútuos (i)	-	-	-	-	2028
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-	-	2029
Principais operações					
Vendas de produtos e/ou serviços	-	-	-	-	2024
Custo de produtos e/ou serviços	20.156	-	23.782	4.990	2025
Serviços intercompany	1.152	2.474	23.782	1.033	2026

(i) O grupo econômico no qual a Companhia é pertencente possui gestão de caixa centralizado de forma que as operações de mútuos são realizadas e liquidadas conforme necessidade de caixa das empresas. Não houve incidência de juros em 2023 e não há vencimento pré-definido. Para os mútuos existentes em 31 de dezembro de 2023 não há expectativa de liquidação nos próximos 12 meses. Em 2023, o valor de R\$ 22.563, com as partes relacionadas, se refere, principalmente, a Mútuos para construção da PCH. As transações com partes relacionadas são realizadas sob condições específicas acordadas entre as partes relacionadas. Essas transações, devido às suas características específicas, não são comparáveis com transações efetuadas com partes não relacionadas.

15. Investimentos (controladora) - a. Composição dos saldos

	Controladora		Consolidado		Ano
	2023	2022	2023	2022	
Principais saldos					
Ativo circulante					
Contas a receber (nota 11)	783	166	480	1.429	2024
Mútuos (i)	-	-	-	-	2025
Dividendos a receber	3.471	13.401	-	16.872	2026
Ativo não circulante					
Mútuos (i)	-	-	-	-	2027
Dividendos a receber	-	-	-	-	2028 em diante
Passivo circulante					
Fornecedores (nota 18)	-	-	(314)	(314)	2024
Distribuição de lucros recebido	-	-	-	-	2025
Outras obrigações com partes relacionadas	-	-	(360)	(360)	2026
Distribuição de dividendos a pagar (nota 23)	-	-	(11.604)	(11.604)	2027
Passivo não circulante					
Mútuos (i)	-	-	-	-	2028
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-	-	2029
Principais operações					
Vendas de produtos e/ou serviços	-	-	-	-	2024
Custo de produtos e/ou serviços	20.156	-	23.782	4.990	2025
Serviços intercompany	1.152	2.474	23.782	1.033	2026

(i) O grupo econômico no qual a Companhia é pertencente possui gestão de caixa centralizado de forma que as operações de mútuos são realizadas e liquidadas conforme necessidade de caixa das empresas. Não houve incidência de juros em 2023 e não há vencimento pré-definido. Para os mútuos existentes em 31 de dezembro de 2023 não há expectativa de liquidação nos próximos 12 meses. Em 2023, o valor de R\$ 22.563, com as partes relacionadas, se refere, principalmente, a Mútuos para construção da PCH. As transações com partes relacionadas são realizadas sob condições específicas acordadas entre as partes relacionadas. Essas transações, devido às suas características específicas, não são comparáveis com transações efetuadas com partes não relacionadas.

16. Imobilizado (consolidado) - a. Composição e movimentação dos saldos

	Controladora		Consolidado		Ano
	2023	2022	2023	2022	
Principais saldos					
Ativo circulante					
Contas a receber (nota 11)	783	166	480	1.429	2024
Mútuos (i)	-	-	-	-	2025
Dividendos a receber	3.471	13.401	-	16.872	2026
Ativo não circulante					
Mútuos (i)	-	-	-	-	2027
Dividendos a receber	-	-	-	-	2028 em diante
Passivo circulante					
Fornecedores (nota 18)	-	-	(314)	(314)	2024
Distribuição de lucros recebido	-	-	-	-	2025
Outras obrigações com partes relacionadas	-	-	(360)	(360)	2026
Distribuição de dividendos a pagar (nota 23)	-	-	(11.604)	(11.604)	2027
Passivo não circulante					
Mútuos (i)	-	-	-	-	2028
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-	-	2029
Principais operações					
Vendas de produtos e/ou serviços	-	-	-	-	2024
Custo de produtos e/ou serviços	20.156	-	23.782	4.990	2025
Serviços intercompany	1.152	2.474	23.782	1.033	2026

(i) O grupo econômico no qual a Companhia é pertencente possui gestão de caixa centralizado de forma que as operações de mútuos são realizadas e liquidadas conforme necessidade de caixa das empresas. Não houve incidência de juros em 2023 e não há vencimento pré-definido. Para os mútuos existentes em 31 de dezembro de 2023 não há expectativa de liquidação nos próximos 12 meses. Em 2023, o valor de R\$ 22.563, com as partes relacionadas, se refere, principalmente, a Mútuos para construção da PCH. As transações com partes relacionadas são realizadas sob condições específicas acordadas entre as partes relacionadas. Essas transações, devido às suas características específicas, não são comparáveis com transações efetuadas com partes não relacionadas.

16. Imobilizado (consolidado) - a. Composição e movimentação dos saldos

	Controladora		Consolidado		Ano
	2023	2022	2023	2022	
Principais saldos					
Ativo circulante					
Contas a receber (nota 11)	783	166	480	1.429	2024
Mútuos (i)	-	-	-	-	2025
Dividendos a receber	3.471	13.401	-	16.872	2026
Ativo não circulante					
Mútuos (i)	-	-	-	-	2027
Dividendos a receber	-	-	-	-	2028 em diante
Passivo circulante					
Fornecedores (nota 18)	-	-	(314)	(314)	2024
Distribuição de lucros recebido	-	-	-	-	2025
Outras obrigações com partes relacionadas	-	-	(360)	(360)	2026
Distribuição de dividendos a pagar (nota 23)	-	-	(11.604)	(11.604)	2027
Passivo não circulante					
Mútuos (i)	-	-	-	-	2028
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-	-	2029
Principais operações					
Vendas de produtos e/ou serviços	-	-	-	-	2024
Custo de produtos e/ou serviços	20.156	-	23.782	4.990	2025
Serviços intercompany	1.152	2.474	23.782	1.033	2026

(i) O grupo econômico no qual a Companhia é pertencente possui gestão de caixa centralizado de forma que as operações de mútuos são realizadas e liquidadas conforme necessidade de caixa das empresas. Não houve incidência de juros em 2023 e não há vencimento pré-definido. Para os mútuos existentes em 31 de dezembro de 2023 não há expectativa de liquidação nos próximos 12 meses. Em 2023, o valor de R\$ 22.563, com as partes relacionadas, se refere, principalmente, a Mútuos para construção da PCH. As transações com partes relacionadas são realizadas sob condições específicas acordadas entre as partes relacionadas. Essas transações, devido às suas características específicas, não são comparáveis com transações efetuadas com partes não relacionadas.

16. Imobilizado (consolidado) - a. Composição e movimentação dos saldos

	Controladora		Consolidado		Ano
	2023	2022	2023	2022	
Principais saldos					
Ativo circulante					
Contas a receber (nota 11)	783	166	480	1.429	2024
Mútuos (i)	-	-	-	-	2025
Dividendos a receber	3.471	13.401	-	16.872	2026
Ativo não circulante					
Mútuos (i)	-	-	-	-	2027
Dividendos a receber	-	-	-	-	2028 em diante
Passivo circulante					
Fornecedores (nota 18)	-	-	(314)	(314)	2024
Distribuição de lucros recebido	-	-	-	-	2025
Outras obrigações com partes relacionadas	-	-	(360)	(360)	2026
Distribuição de dividendos a pagar (nota 23)	-	-	(11.604)	(11.604)	2027
Passivo não circulante					
Mútuos (i)	-	-	-	-	2028
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-	-	2029
Principais operações					
Vendas de produtos e/ou serviços	-	-	-	-	2024
Custo de produtos e/ou serviços	20.156	-	23.782	4.990	2025
Serviços intercompany	1.152	2.474	23.782	1.033	2026

(i) O grupo econômico no qual a Companhia é pertencente possui gestão de caixa centralizado de forma que as operações de mútuos são realizadas e liquidadas conforme necessidade de caixa das empresas. Não houve incidência de juros em 2023 e não há vencimento pré-definido. Para os mútuos existentes em 31 de dezembro de 2023 não há expectativa de liquidação nos próximos 12 meses. Em 2023, o valor de R\$ 22.563, com as partes relacionadas, se refere, principalmente, a Mútuos para construção da PCH. As transações com partes relacionadas são realizadas sob condições específicas acordadas entre as partes relacionadas. Essas transações, devido às suas características específicas, não são comparáveis com transações efetuadas com partes não relacionadas.


16. Imobilizado (consolidado) - a. Composição e movimentação dos saldos

	Controladora		Consolidado		Ano
	2023	2022	2023	2022	
Principais saldos					
Ativo circulante					
Contas a receber (nota 11)	783	166	480	1.429	2024
Mútuos (i)	-	-	-	-	2025
Dividendos a receber	3.471	13.401	-	16.872	2026
Ativo não circulante					
Mútuos (i)	-	-	-	-	2027
Dividendos a receber	-	-	-	-	2028 em diante
Passivo circulante					
Fornecedores (nota 18)	-	-	(314)	(314)	2024
Distribuição de lucros recebido	-	-	-	-	2025
Outras obrigações com partes relacionadas	-	-	(360)	(360)	2026
Distribuição de dividendos a pagar (nota 23)	-	-	(11.604)	(11.604)	2027
Passivo não circulante					
Mútuos (i)	-	-	-	-	2028
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-	-	2029
Principais operações					
Vendas de produtos e/ou serviços	-	-	-	-	2024
Custo de produtos e/ou serviços	20.156	-	23.782	4.990	2025
Serviços intercompany	1.152	2.474	23.782	1.033	2026

(i) O grupo econômico no qual a Companhia é pertencente possui gestão de caixa centralizado de forma que as operações de mútuos são realizadas e liquidadas conforme necessidade de caixa das empresas. Não houve incidência de juros em 2023 e não há vencimento pré-definido. Para os mútuos existentes em 31 de dezembro de 2023 não há expectativa de liquidação nos próximos 12 meses. Em 2023, o valor de R\$ 22.563, com as partes relacionadas, se refere, principalmente, a Mútuos para construção da PCH. As transações com partes relacionadas são realizadas sob condições específicas acordadas entre as partes relacionadas. Essas transações, devido às suas características específicas, não são comparáveis com transações efetuadas com partes não relacionadas.

16. Imobilizado (consolidado) - a. Composição e movimentação dos saldos

	Controladora		Consolidado		Ano
	2023	2022	2023	2022	
Principais saldos					
Ativo circulante					
Contas a receber (nota 11)	783	166	480	1.429	

>>>Continuação					SANTA MARIA ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÃO S.A. CNPJ: 75.645.853/0001-80	
Análise de sensibilidade - Uma valorização (desvalorização) razoavelmente possível do Real contra o dólar americano em 31 de dezembro, teriam afetado a mensuração dos instrumentos financeiros denominados em moeda estrangeira e afetado o patrimônio líquido e o resultado pelos montantes demonstrados abaixo. A análise considera que todas as outras variáveis, especialmente as taxas de juros, permanecem constantes e ignoram qualquer impacto da previsão de vendas e compras. Como cenário provável o Grupo considera uma previsão da taxa de câmbio para o final do ano 2024 em cerca de R\$ 4,95 (taxa referencial BM&F). Para os cenários "Cenário 1" e "Cenário 2", utilizamos uma variação de 25% e 50% do cenário provável, respectivamente.					do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida. Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2023 e 2022 podem ser assim sumarizados:	
					Consolidado	
					2023	
					2022	
					228.173 283.435	
					1189 3.175	
					(143.282) (169.783)	
					86.080 116.827	
					442.406 413.617	
					528.486 530.444	
					16% 22%	
					DIRETORIA	
					Marcelo Podolan Lacerda Vieira	
					Diretor Presidente	
					CONTADOR / PROCURADOR	
					Edimar Roberto Rauber	
					CRC-PR 064185/O-9 - CPF: 028.678.449-16	
					Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	
					Aos Administradores da Santa Maria Administração e Participação S.A.	
					Guarapuava - Paraná	
					Opinião - Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Santa Maria Administração e Participação S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Santa Maria Administração e Participação S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.	
					Base para opinião - Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.	
					Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas - A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.	
					Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: <ul style="list-style-type: none"> • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, contiuo, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e sua controlada. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. 	
					 KPMG Auditores Independentes Ltda. CRC PR-007945/F-7 Cristiano Aurélio Kruk Contador CRC PR-054366/O-0	
					Londrina, 09 de julho de 2024.	

Anuncie suas atas e editais aqui, ligue:



(41) 3515-8731



publicidadelegal@tribunadoparana.com.br

TRIBUNA

Esta página faz parte da edição 100% digital produzida pelo jornal **Tribuna do Paraná**

SOMC SANTA MARIA CIA. DE PAPEL E CELULOSE
 CNPJ: 17.887.917/0001-84

Relatório da Administração: Senhores Acionistas: A administração da Santa Maria Cia. de Papel e Celulose, em conformidade com as disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de V.S. as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, composta pelo Balanço Patrimonial, pelas Demonstrações do Resultado, das Mutações do Patrimônio Líquido, do Fluxo de Caixa, acompanhadas do parecer dos auditores independentes. Agradecemos: Nossos agradecimentos aos senhores acionistas, clientes, governo federal, estadual e municipal, fornecedores, prestadores de serviços, credores em geral e em especial aos colaboradores, por mais um ano de realizações.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022 - (Em milhares de Reais)							
Ativo	NOTA	2023	2022	Passivo	NOTA	2023	2022
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	8	130.845	91.072	Fornecedores	15	132.132	163.005
Outros investimentos	9	7.744	66.227	Empréstimos e financiamentos	16(a)	86.460	82.312
Contas a receber de clientes	10	68.263	70.728	Salários e encargos sociais		10.924	10.342
Estoques	11	38.777	48.814	Tributos a pagar		3.189	2.051
Tributos a recuperar	12	39.773	69.555	Programa de recuperação fiscal	17(a)	2.829	2.062
Adiantamento a fornecedores		5.031	2.037	Dividendos a pagar	20	3.471	4.258
Outros ativos		2.054	3.032	Adiantamento de clientes		4.101	4.258
		<u>291.887</u>	<u>351.465</u>	Outros passivos		2.895	1.967
						<u>244.461</u>	<u>265.997</u>
Não circulante				Não circulante			
Realizável a longo prazo				Empréstimos e financiamentos	16(a)	137.738	191.965
Partes relacionadas	13	22.563	14.021	Dividendos a pagar	20	-	1.231
Tributos a recuperar	12	17.618	28.646	Programa de recuperação fiscal	17(a)	-	1.113
Depósitos judiciais	19(a)	2.229	2.207	Tributos diferidos	18(a)	63.121	76.033
Outros ativos		463	463	Outros passivos		6.475	6.620
		<u>42.873</u>	<u>45.337</u>			<u>207.334</u>	<u>276.955</u>
Imobilizado	14	344.659	341.408	Patrimônio líquido	20		
Intangível		26.802	31.534	Capital social		183.920	183.920
		<u>371.461</u>	<u>372.942</u>	Ajustes de avaliação patrimonial		37.686	38.909
		<u>414.334</u>	<u>418.279</u>	Reservas de lucro		32.820	3.953
						<u>254.426</u>	<u>226.782</u>
		<u>706.221</u>	<u>769.744</u>			<u>706.221</u>	<u>769.744</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022 - (Em milhares de Reais)

	Reserva de lucros				Total	
	NOTA	Capital social	Ajustes de avaliação patrimonial	Reserva legal		
En 31 de dezembro de 2021		183.920	40.131	-	(15.040)	209.011
Lucro líquido do exercício		-	-	-	19.002	19.002
Destinações:						
Reserva legal	20(d)	-	-	259	(259)	-
Dividendos	20(d)	-	-	-	(1.231)	(1.231)
Constituição de reserva de retenção de lucros	20(d)	-	-	3.694	(3.694)	-
Realização de ajuste de avaliação patrimonial	20	-	-	-	1.222	-
Outras movimentações		-	(1.222)	-	-	-
En 31 de dezembro de 2022		183.920	38.909	259	3.694	226.782
Lucro líquido do exercício		-	-	-	36.636	36.636
Destinações:						
Reserva legal	20(d)	-	-	1.893	(1.893)	-
Dividendos	20(d)	-	-	-	(8.992)	(8.992)
Constituição de reserva de retenção de lucros	20(d)	-	-	26.974	(26.974)	-
Realização de ajuste de avaliação patrimonial	20	-	(1.223)	-	1.223	-
En 31 de dezembro de 2023		183.920	37.686	2.152	30.688	254.426

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras - (Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional - A Santa Maria Cia. de Papel e Celulose ("Companhia") é uma sociedade anônima com sede em Guarapuava, Estado do Paraná. A Companhia tem como objeto social e atividade preponderante a indústria, o comércio, a exportação de papel, no mercado interno e externo, a participação em outras sociedades e a Companhia também é comercializadora do excedente da geração de energia elétrica, no mercado local. Administrada pelos atuais controladores desde 31 de março de 1962, a Companhia produz hoje cerca de 110 mil toneladas (não auditado) anuais de papel, sendo uma das importantes indústrias no segmento em que atua. Entre os principais produtos, destacam-se o papel apergaminhado, o papel monolítico, o papel kraft monolítico, o papel kraft apergaminhado, o papel offset laser e o papel offset. A Companhia possui usina hidrelétrica constituída na modalidade de Consórcio denominada UHE Salto Curucua ("Consórcio"), a qual foi constituída em 30 de setembro de 2015, tendo como consorciados a Cooperativa Agrária Agroindustrial, a Santa Maria Companhia de Papel e Celulose e a Curucua Geradora S.A., para fins de exploração das atividades operacionais de geração de energia elétrica pela UHE Salto Curucua. O "Consórcio" é detentor dos direitos de exploração da Usina Hidrelétrica (UHE) Salto Curucua - localizada entre os municípios de Candói e Guarapuava, Estado do Paraná, situada no Rio Jordão, com capacidade instalada de 37.042 MW e energia elétrica firme assegurada pelo Ministério de Minas e Energia de 22,02 MW, a qual gera energia elétrica no regime de autoprodução de energia (APE), conforme Resolução Autorizativa da ANEEL n.º 6.021, de 06 de setembro de 2016. O Consórcio não tem personalidade jurídica própria. Contudo, as partes modificaram as características da Curucua (sociedade de propósito específico), por meio de seu negócio contratual - "Consórcio", de modo que cada uma (Santa Maria e Agrária) tenham participação sobre os ativos da Curucua (que tem personalidade jurídica própria) e que cada uma seja responsável pelos ativos e passivos da Curucua, na proporção determinada. Estas modificações contratuais às características da sociedade de propósito específico resultam em classificação do negócio como operação em conjunto (joint operation). **1.1. Outros assuntos relevantes - a. Mecanismo de realocação de energia -** A Santa Maria Companhia de Papel e Celulose, juntamente com a Cooperativa Agrária Agroindustrial e a Curucua Geradora S.A., constituem o Consórcio que detém a outorga da UHE Salto Curucua, objeto da Resolução nº 642, de 3 de dezembro de 2003, da Resolução ANEEL nº 2.903, de 11 de março de 2011, e da Resolução Autorizativa ANEEL nº 6.021 de 06 de setembro de 2016, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) UHE FHR 028994-9.01, com 37.042 kW de potência instalada, localizada nos municípios de Candói e Guarapuava, Estado do Paraná. Mesmo a UHE Salto Curucua tendo potência instalada de 37.042 kW, sua energia assegurada (garantia física) foi calculada e determinada via portaria nº 330 de 06 de novembro de 2015, do Ministério de Minas e Energia, para o montante de 22.020 kW. Ou seja, este montante médio foi determinado considerando a oscilação da vazão do Rio Jordão, sendo que em alguns momentos o rio possibilita gerar mais energia e em outros menos, mas para efeito de cálculo de previsão utiliza-se a média de 22.020 kW. A garantia física determina a quantidade de energia que os equipamentos de geração conseguem suprir dado um critério de suprimento definido. Ela é uma métrica importante para a adequabilidade da oferta do sistema e é utilizada para dois fins fundamentais no Brasil: a garantia física define a quantidade máxima de energia que um empreendimento pode comercializar e, no caso das hidrelétricas, define sua cota de participação no Mecanismo de Realocação de Energia (MRE). A partir do momento que a Usina Hidrelétrica participa do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) ela também passa a participar do Risco Hidrológico do Brasil (GSF), é a sigla para o termo em inglês "Generation Scaling Factor", e este é rateado para todos os geradores do mecanismo no percentual que é calculado mensalmente pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) e apropriado ao mecanismo de cobrança mensal da liquidação de curto prazo. De outubro de 2017 até setembro de 2021, as consorciadas vinham participando do risco hidrológico do Brasil (GSF) limitado à 5%. A diferença percentual mensal para o Risco Hidrológico real foi sendo controlado e contabilizado mensalmente pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE). Com o objetivo de "destravar" o mercado de compensação de energia elétrica, a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), emitiu em 1º de dezembro de 2020 a Resolução Normativa nº. 895 de 2020, que estabeleceu a metodologia para cálculo da compensação aos titulares das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia - MRE, nos termos da Lei nº 13.203, de 8 de dezembro de 2015, alterada pela Lei nº 14.052, de 8 de setembro de 2020, e determinou à CCEE que realizasse o cálculo dos valores de cobrança retroativa a diferença do Risco Hidrológico (GSF), vinculando estes valores à uma compensação através da extensão do prazo de outorga aos titulares das usinas hidrelétricas. Para finalizar esse processo, as consorciadas da UHE Salto Curucua aceitaram as condições a ANEEL e assinaram, em 08 de outubro de 2021, o termo de aceitação de prazo de extensão de outorga, de destinação e de renúncia ao direito de discutir a isenção ou mitigação de riscos hidrológicos relacionados ao mecanismo de realocação de energia - MRE. Por conta disso, o prazo de outorga da UHE Salto Curucua teve o cálculo de compensação realizado pela CCEE, concedendo inicialmente 256 dias a mais no prazo de outorga, passando de 4 de dezembro de 2023, tendo por base a Resolução nº. 642, de 3 de dezembro de 2003, para 17 de agosto de 2034, no entanto, sem a concordância técnica da Companhia e das demais integrantes do Consórcio. Em 2023, a Curucua Geradora, por meio do Consórcio, não conformada com o prazo adicional de 256 dias adicionais pela reparação do risco hidrológico, requereu junto a ANEEL, o ajuste do prazo de outorga para a UHE Salto Curucua, tendo em vista os termos da Lei nº. 14.052/2020, que deve levar em conta o novo prazo de outorga após a concessão do deslocamento de outorga. A ANEEL considerou os aspectos requeridos, solicitou recálculo para a CCEE, e concedeu um prazo de extensão da outorga de 885 dias, mediante a edição da Resolução Homologatória n.º 3.242/2023. Com base nisso, a ANEEL emitiu a Resolução Autorizativa nº. 11.896/2023, alterando o término de vigência da outorga de autorização da UHE Salto Curucua para 30 de dezembro de 2048 (o prazo anterior era até 29/07/2046). **2. Base de preparação - a. Declaração de conformidade -** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 26 de abril de 2024. Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia estão apresentados na nota explicativa 6. **3. Moeda funcional e moeda de apresentação -** Essas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **4. Uso de estimativas e julgamentos -** As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com os pronunciamentos técnicos brasileiros, que requerem que a Administração da Companhia faça julgamentos, estimativas e tome decisões que afetam a aplicação das práticas contábeis e os montantes apresentados de contas patrimoniais e de resultado. As estimativas e julgamentos baseiam-se na experiência histórica e em diversos outros fatores tidos como razoáveis diante das circunstâncias, cujos resultados constituem o critério para tomada de decisões sobre o valor contábil de ativos e passivos não imediatamente evidentes em outras fontes. Os resultados reais podem divergir destas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **Incertezas sobre premissas e estimativas -** As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2023 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas. **• Nota explicativa 10 -** principais premissas na mensuração da perda por redução do valor recuperável para o contas a receber; **Nota explicativa 14 -** determinação da vida útil, valor residual e análise de impairment dos ativos imobilizados; **• Nota explicativa 19 -** mensuração e reconhecimento de contingências; determinação se há uma obrigação presente com probabilidade provável de saída de recursos para liquidar a obrigação; **(f) Mensuração do valor justo -** Determinadas políticas e divulgações contábeis da Companhia requerem a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: **• Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. **• Nível 2:** inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). **• Nível 3:** inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na nota explicativa 25 - Instrumentos financeiros. **5. Base de mensuração -** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros derivativos que são mensurados pelo valor justo e os instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo. **6. Principais políticas contábeis -** A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os períodos apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicação ao contrário. **a. Informações de políticas contábeis -** A Companhia adotou a Divulgação de Políticas Contábeis (alterações ao CPC 26) a partir de 1º de janeiro de 2023. Embora as alterações não tenham resultado em nenhuma mudança nas políticas contábeis em si, elas afetaram as informações das políticas contábeis divulgadas nas demonstrações financeiras. As alterações exigem a divulgação de políticas contábeis "materiais", em vez de "significativas". As alterações também fornecem orientação sobre a aplicação da materialidade à divulgação de políticas contábeis, ajudando as entidades a fornecerem informações úteis sobre políticas contábeis específicas da entidade que os usuários precisam para entender outras informações nas demonstrações financeiras. A administração revisou as políticas contábeis e atualizou as informações

Demonstrações do resultado
 Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022 - (Em milhares de Reais)

	NOTA	2023	2022
Receita operacional líquida	21	684.676	697.015
Custo dos produtos vendidos	22	(517.822)	(559.072)
Lucro bruto		167.494	137.943
Despesas operacionais líquidas			
Despesas com vendas	22	(46.841)	(50.644)
Despesas gerais e administrativas	22	(36.835)	(24.126)
Perda por redução do valor recuperável de contas a receber		(827)	(809)
Outras receitas operacionais, líquidas	23	(1.267)	6.880
Resultado antes das receitas financeiras líquidas, e impostos		81.724	69.244
Despesas financeiras	24	(45.801)	(48.132)
Receitas financeiras	24	13.315	6.355
Resultado financeiro, líquido		(32.486)	(41.777)
Lucro antes do imposto de renda e da CS		49.238	27.467
Imposto de renda e contribuição social	18(b)	(12.602)	(8.465)
Lucro líquido do exercício		36.636	19.002
Ações em circulação no final do exercício (em milhares)		19.307	19.307
Lucro líquido por ação (básico e diluído) - R\$		1,90	0,98

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado abrangente
 Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022 - (Em milhares de Reais)

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	36.636	19.002
Outros componentes do resultado abrangente	-	-
Resultado abrangente total	36.636	19.002

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

é reconhecida como ganho ou perda no resultado do período. **Capital social -** Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e efeitos de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer créditos tributários. Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definidos em estatuto são reconhecidos como passivo. **k. Provisões -** As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (constructive obligation) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. **1. Empreendimentos controlados em conjunto -** Acordos em conjunto são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem controle comparitativo com uma ou mais partes. Os investimentos em acordos em conjunto são classificados como operações em conjunto (Joint Operation) ou empreendimentos controlados em conjunto (Joint Venture) dependendo dos direitos e das obrigações contratuais de cada investidor. As operações em conjunto são contabilizadas nas demonstrações financeiras para representar os direitos e as obrigações contratuais da Companhia. Dessa forma, os ativos, passivos, receitas e despesas relacionados aos seus interesses em operação em conjunto são contabilizados individualmente nas demonstrações financeiras. Os ganhos não realizados das operações entre a Companhia e negócios em conjunto são eliminados na proporção da participação da Companhia. As perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a operação forneça evidências de uma perda (impairment) do ativo transferido. As políticas contábeis dos negócios em conjunto são alteradas, quando necessário, para assegurar consistência com as políticas adotadas pela Companhia. **7. Novas normas e interpretações ainda não efetivas -** Algumas novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2024. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras. **a. Classificação dos passivos como circulante ou não circulante e passivos não circulantes com Covenants (alterações ao CPC 26) -** As alterações, emitidas em 2020 e 2022, visam esclarecer os requisitos para determinar se um passivo é circulante ou não circulante e exigem novas divulgações para passivos não circulantes que estão sujeitos a covenants futuros. As alterações se aplicam aos exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024. A Empresa possui empréstimos bancários que estão sujeitos a covenants específicos. Não se espera que essa alteração tenha um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Empresa. **b. Acordos de financiamento de fornecedores ("Risco Sacado") (alterações ao CPC 26 e CPC 40) -** As alterações introduzem novas divulgações relacionadas a acordos de financiamento com fornecedores ("Risco Sacado") que ajudam os usuários das Demonstrações financeiras individuais e consolidadas a avaliar os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa de uma entidade e sobre a exposição da entidade ao risco de liquidez. As alterações se aplicam a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2024. Não se espera que essa alteração tenha um impacto significativo nas Demonstrações financeiras da Empresa. **c. Outras normas contábeis -** Não se espera que as seguintes normas novas e alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia: **•** Passivo de arrendamento em uma venda e **leaseback** (alterações ao CPC 06); e **•** Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02).

8. Caixa e equivalentes de caixa

	2023	2022
Caixa e bancos	23.433	79.473
Aplicações financeiras (i)	107.412	11.599
	<u>130.845</u>	<u>91.072</u>

(i) As aplicações financeiras se referem a certificados de depósitos bancários remunerados à taxa de 100% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) (2023 e 2022) e podem ser resgatadas imediatamente em um montante conhecido de caixa sem penalidade de juros, estando sujeito a um insignificante risco de mudança de valor, cuja intenção da administração é fazer uso desses recursos no curto prazo. Referidos saldos decorrem da estratégia e do fluxo normal das operações da Companhia. **9. Outros investimentos -** Referem-se a aplicações financeiras diversificadas, com liquidez imediata, mas que a administração não possui intenção de utilização destes recursos nas atividades operacionais da Companhia.

Títulos públicos mensurados a VJR (i)

	2023	2022
Ações mensuradas a VJR	4.627	22.316
Fundo de investimentos mensurado a VJR (ii)	-	21.645
Comprimissada (iii)	2.397	21.555
Outras aplicações	120	26
	<u>7.144</u>	<u>66.227</u>

(i) Referem-se a títulos públicos, tais como Notas do Tesouro Nacional (NTN-B) e Letras Financeiras (LF), mensurados a VJR, com rendimentos indexados à taxa SELIC, mantidos para negociação. (ii) Aplicações financeiras em fundo de investimentos os quais mantidos substancialmente investimentos em ativos de renda fixa, tais como títulos de crédito como CDBs e Letras Financeiras, com rendimentos atrelados, à taxa do Certificado de

13. Partes relacionadas

Composição dos saldos	31 de dezembro de 2023					31 de dezembro de 2022				
	Reforestadora São Manoel Ltda.	Santa Maria Admin. Partic. S.A.	PCH Três Capões Geradora	Outras partes relacionadas	Acionistas residentes no país	Total	Reforestadora São Manoel Ltda.	Capões S.A.	Outras partes relacionadas	Total
(a) Principais saldos										
Ativo circulante										
Contas a receber (nota 10)	3	-	-	1	-	4	-	-	-	-
Adiantamento a fornecedor	-	-	-	48	3.448	3.496	-	-	-	-
Ativo não circulante										
Contas a receber (nota 10)	-	-	-	1.709	-	1.709	-	-	-	-
Partes relacionadas (i)	-	-	21.527	(1.036)	-	22.563	-	-	14.021	14.021
Passivo circulante										
Dividendos a pagar	-	(3.471)	-	-	-	(3.471)	-	-	-	-
Fornecedores (nota 16)	(102)	(783)	-	(131)	-	(1.016)	(473)	(2)	(2.870)	(3.345)
Passivo não circulante										
Dividendos a pagar	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.231)	(1.231)
(b) Principais operações										
Vendas de produtos e/ou serviços (ii)	-	2	-	250	-	252	3	35	3	41
Custo com produtos e/ou serviços (iii)	(1.981)	-	-	(108)	-	(2.089)	(2.700)	(104)	(743)	(3.547)
Custo com serviços intercompany	-	-	-	(2.240)	-	(22.396)	-	-	(4.801)	(4.801)

(i) O Grupo econômico no qual a Companhia é pertencente possui gestão de caixa centralizado de forma que as operações de mútuos são realizadas e liquidadas conforme necessidade de caixa das empresas. Não houve incidência de juros em 2023 e não há vencimento pré-definido. Para os mútuos existentes em 31 de dezembro de 2023 não há expectativa de liquidação nos próximos 12 meses. Em 2023, o valor de R\$ 21.527, com a PCH Três Capões, se refere a Mútuos para construção da PCH. (ii) Faturamento de materiais diversos realizados pela Companhia para as empresas do grupo e para os acionistas pessoa física; (iii) Refere-se ao custo dos serviços de implantação e colheita florestal, bem como ao custo da compra de madeira da Reforestadora São Manoel Ltda., utilizada no processo produtivo. As transações com partes relacionadas são realizadas sob condições específicas acordadas entre as partes relacionadas. Essas transações, devido às suas características específicas, não são comparáveis com transações efetuadas com partes não relacionadas.

TBR300724 pdf

Código do documento 7fb5d051-54aa-42ff-ad95-976c73b9165c



Assinaturas



EDITORA O ESTADO DO PARANA SA:76568708000105
Certificado Digital
tppubleg@tribunadoparana.com.br
Assinou

Eventos do documento

29 Jul 2024, 22:12:21

Documento 7fb5d051-54aa-42ff-ad95-976c73b9165c **criado** por EDITORA O ESTADO DO PARANA SA (d7977d86-df19-41d5-8598-d72d8b545190). Email:tppubleg@tribunadoparana.com.br. - DATE_ATOM: 2024-07-29T22:12:21-03:00

29 Jul 2024, 22:12:46

Assinaturas **iniciadas** por EDITORA O ESTADO DO PARANA SA (d7977d86-df19-41d5-8598-d72d8b545190). Email: tppubleg@tribunadoparana.com.br. - DATE_ATOM: 2024-07-29T22:12:46-03:00

29 Jul 2024, 22:13:15

ASSINATURA COM CERTIFICADO DIGITAL ICP-BRASIL - EDITORA O ESTADO DO PARANA SA:76568708000105
Assinou Email: tppubleg@tribunadoparana.com.br. IP: 191.177.143.96 (bfb18f60.virtua.com.br porta: 64662).
Dados do Certificado: C=BR,O=ICP-Brasil,OU=Certisign Certificadora Digital S.A.,OU=AC Certisign Multipla G7,OU=A1,CN=EDITORA O ESTADO DO PARANA SA:76568708000105. - DATE_ATOM: 2024-07-29T22:13:15-03:00

Hash do documento original

(SHA256):45e1d639406d0c8cc9712f0918a990b267f8ee185c3098e031f8cd87b821fdca
(SHA512):52cd8b0a484fbf82d474c9ab23e05a1896f116cdee01217e191f6f1cedcc4e8ed2d9f931836aa658b803a18da18b9f393599b0a4a2247741dcb35e1fb563445b

Esse log pertence **única e exclusivamente** aos documentos de HASH acima

Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign